



Concentração

Prosseguir a luta contra a exploração e o empobrecimento

22 de Julho – São Bento

INTERVENÇÃO

Arménio Carlos
Secretário-geral

Camaradas, amigas e amigos

Saudamos todas e todos, os trabalhadores do sector público, da administração central e local, do sector privado e empresarial do estado, que não baixam os braços, que não se rendem perante as ameaças, que não desistem e não abdicam de uma vida melhor, que resistem e lutam pela transformação de Portugal num país mais justo, desenvolvido, soberano e independente.

Saudamos os jovens, os desempregados e os que trabalharam uma vida inteira, que hoje e aqui se juntam para dizer não à exploração, às desigualdades e ao empobrecimento e para chumbar a política de direita e as medidas do Governo PSD\CDS que infernizam as nossas vidas.

É por sentirem esta força de protesto e indignação que Passos e Portas, conscientes da derrota que se avizinha, recorrem a todos os truques, incluindo a mentira, para tentar enganar o povo.

Por mais que o 1º Ministro e o vice-primeiro ministro tentem subverter os factos e omitir os impactos da sua política, os trabalhadores não esquecem as promessas que fizeram e não cumpriram; os cortes nos salários, nas pensões, na protecção social e apoios sociais; a redução de direitos laborais e sociais; os ataques à contratação colectiva nos sectores privado e público; o aumento brutal dos impostos sobre os trabalhadores e pensionistas; a privatização de empresas estratégicas para o desenvolvimento do país; a ofensiva contra as Funções Sociais do Estado, que se traduz em sucessivos cortes no Serviço Nacional de Saúde, na Escola pública democrática, inclusiva e de qualidade, na Segurança Social e no Poder Local democrático.

Não esquecemos e por isso denunciámos o Governo, que agora vem falar de emprego e do combate às desigualdades. Tanto cinismo e hipocrisia! Foi este Governo e a sua política que destruíram 300 mil postos de trabalho em quatro anos, aumentaram o desemprego, empurraram milhares para uma emigração massiva, degradaram a qualidade do emprego, atacaram e reduziram as remunerações e a protecção social!

Na raiz das crescentes divergências entre os mais ricos e a restante população está a política de direita que tirou mais de 3,1 mil milhões de euros nos salários de quem trabalha, para que o lucro dos exploradores aumentasse 1,7 mil milhões de euros!

Não esquecemos, denunciámos e acusamos o Governo pelo aumento brutal dos impostos que agravam ainda mais as desigualdades, retirando mais 3,4 mil milhões de euros às famílias, para baixar o IRC das grandes empresas, não esquecendo os descontos para a ADSE que se constituem, depois dos roubos nos salários, como mais um imposto para retirar rendimento aos trabalhadores, com vista a financiar a redução do défice.

Não esqueçamos e por isso acusamos o Governo pelos 2 milhões e 700 mil pobres que existem no nosso país, dos quais mais de 576 mil são crianças e jovens, situação agravada pela retirada do abono de família, do rendimento social de inserção e do complemento solidário para idosos e pela negação das prestações de desemprego a mais de metade dos desempregados.

Como tudo na política, as desigualdades não são uma inevitabilidade, mas sim a consequência de opções políticas que atacam os trabalhadores e tiram ao povo, para que nada falte e ainda sobre nas ajudas ao sector financeiro, como atesta o exemplo recente do Novo Banco, com o Governo a desviar mais de 4 mil milhões de euros do erário público!

O país pode estar melhor para os grandes grupos económicos e financeiros mas a grande verdade é que está pior para os trabalhadores e a generalidade da população. Temos uma dívida pública impagável e um Tratado Orçamental que esmaga a economia, asfixia as Funções Sociais do Estado e os Serviços públicos, impede o investimento público e ataca os direitos fundamentais dos trabalhadores, pensionistas, dos jovens e dos desempregados.

Este é o resultado da política de um Governo que faz da exploração, desigualdades e empobrecimento os seus objectivos centrais e da subversão da democracia e fragilização da soberania, as credenciais de submissão perante a U.E. e o FMI.

E tudo isto se passa num quadro em que a U.E. revela a sua natureza de classe e impõe a ditadura dos mercados e os interesses da alta finança, que esmagam e humilham os povos, como atesta a situação da Grécia, situação que justifica que hoje reafirmemos a nossa mais profunda solidariedade com o povo grego! Também Portugal está hoje mais pobre e endividado, com menos empresas públicas e instrumentos para promover o desenvolvimento, com mais desigualdade, menos e pior emprego e mais desemprego, com serviços públicos e Funções sociais degradadas!

É hora de dizer basta! É hora de trilhar outro caminho! A renegociação da dívida e a ruptura com o Tratado Orçamental são condições fundamentais para libertar recursos e meios para o desenvolvimento do país, a satisfação das necessidades do povo e para garantir a independência e soberania nacional!

Estamos alerta e sabemos que o PSD e CDS vão persistir na sua fúria destruidora e aproveitar o período de férias para desferir novos ataques e tentar nos poucos meses que lhes resta o que a luta e a resistência dos trabalhadores e das populações derrotou ao longo dos últimos quatro anos.

Foi a luta que assegurou a aplicação das 35 horas na maioria das autarquias. Foi a luta que impossibilitou o encerramento de serviços públicos. Foi a luta que garantiu que milhares de trabalhadores com vínculo precário, passassem à condição de efectivos. Foi a luta e a resistência que possibilitaram a manutenção de convenções colectivas de trabalho, que abriu as portas a aumentos salários e inviabilizou a aplicação dos bancos de horas e das adaptabilidades que desregulam a vida dos trabalhadores. A luta que empreendemos, deu um contributo para que muitas das opções do Governo, fossem declaradas inconstitucionais. Foi a luta, elemento central da elevação da consciência social e política, que reduziu a base social e eleitoral de apoio ao Governo. Foi a luta que esteve na origem das derrotas eleitorais da maioria, nas autárquicas e nas eleições para o Parlamento Europeu.

É a luta que não pára que vai derrotar o Governo PSD\CDS e a política de direita, e alterar a correlação de forças na Assembleia da República, de forma a assegurar uma política de esquerda e soberana, comprometida com os

valores e direitos de Abril, que responda aos interesses dos trabalhadores, das populações e do país, e não aos ditames dos grandes capitalistas, dos mercados e das imposições externas!

Nas próximas eleições vamos dar expressão ao descontentamento e força aos que defendem os nossos interesses. Na campanha para iludir o povo, aí estão as mistificações de que vamos eleger um primeiro-ministro, de que o nosso voto tem de ser útil, mas que só podemos definir executores de uma política já decidida.

À burla da tese do voto útil, para dar estabilidade aos que querem manter a alternância e, com ela, a mesma política, respondemos com o apelo à utilidade do voto.

O nosso voto não pode servir para escolher entre os que querem cortar nas pensões aos reformados de hoje e os que defendem que os cortes devem ser feitos aos pensionistas de amanhã. Entre os que desejam repôr os salários roubados em 4 anos e os que preferem que seja em dois. Entre os que impõem as 40 horas já e os que condicionam uma descida dos horários à aplicação das adaptabilidades e dos bancos de horas. Entre os que defendem as privatizações por inteiro e os que as querem a retalho.

O nosso voto não pode estar condicionado a escolher entre os que defendem a precariedade e os que querem generalizá-la com o chamado “contrato único”. Entre os que defendem a denominada “municipalização” e os que, afirmando-se contra, permitem que as Autarquias onde são poder assinem protocolos idênticos aos dos partidos da direita. Entre os que dizem que não há espaço para aumentar salários e os que querem criar a ilusão da melhoria do rendimento das famílias com a diminuição da TSU dos trabalhadores para a Segurança Social, à custa da não actualização salarial e da redução da protecção social e das pensões de reforma no futuro.

A CGTP-IN não é um Partido, mas toma partido ao lado dos que lutam todos os dias pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, por um Portugal de progresso e justiça social.

A CGTP-IN toma partido ao lado dos trabalhadores da Administração Pública que há 6 anos não vêem aumentados os seus salários, têm as carreiras profissionais congeladas, lutam pela manutenção das 35 horas de trabalho semanal e contra os despedimentos agora chamados cinicamente de “requalificação”.

A CGTP-IN toma partido ao lado dos trabalhadores do sector privado que lutam pelo aumento dos salários, contra a precariedade, a intimidação e repressão patronal que se verifica em muitos locais de trabalho, pela defesa dos direitos consagrados na Contratação Colectiva.

A CGTP-IN toma partido ao lado dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, nomeadamente dos transportes, da banca, dos resíduos sólidos e da água, que lutam contra as privatizações, pela defesa dos seus postos de trabalho e a prestação de um serviço público adequado às necessidades das populações, quer sejam do litoral ou do interior do país.

A CGTP-IN toma partido ao lado dos que lutam pelo pagamento dos salários em atraso, como os da empresa Soares da Costa e os que há mais de 20 anos reclamam 300 milhões de euros de créditos que lhes são devidos em resultado do encerramento e falência de empresas.

A CGTP-IN toma partido ao lado dos desempregados que lutam pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos e contra a exploração vergonhosa a que são sujeitos os desempregados inseridos no contrato emprego inserção que estão a ocupar postos de trabalho permanentes a troco do subsidio de desemprego e de uma bolsa de 84 euros mensais.

A CGTP-IN toma partido ao lado dos jovens que têm direito a trabalhar, viver e serem felizes no seu país e não abdica de prosseguir e intensificar a luta para que os nossos reformados e pensionistas sejam respeitados e as suas pensões aumentadas como se justifica e exige.

O voto de cada trabalhador, de cada português, terá neste contexto tanto mais utilidade, quanto mais força der a uma política alternativa de esquerda e soberana que rompa com a alternância e responda positivamente às suas necessidades e anseios e ao desenvolvimento económico e social do país.

Uma política que tenha na valorização do trabalho um elemento central, com uma subida geral dos salários e do SMN, para dinamizar a procura interna e o crescimento económico, e assim dar mais força à sustentabilidade da segurança social, quer pelo aumento das contribuições, quer pela redução do desemprego.

A valorização do trabalho não pode ser separada do modelo de sociedade que queremos construir. Só a estabilidade e segurança no emprego, possibilitam uma verdadeira aposta na (re)industrialização e modernização do nosso perfil produtivo. A estabilidade laboral e a aposta na qualificação da força de trabalho não podem ser desligadas, sendo esta uma condição fundamental para desenvolver e apreender novas técnicas e processos e, assim, empreender uma alteração que reforce o país. Só com a promoção do trabalho com direitos será possível aumentar a produtividade e inverter a situação de definhamento demográfico.

Neste sentido é fundamental a revogação das normas gravosas da legislação laboral nomeadamente as que atacam a contratação colectiva e impõem a caducidade das convenções, bem como a manutenção das 35 horas na Administração Pública e a igualdade de tratamento para o sector privado com uma redução progressiva do horário de trabalho, sem perda de retribuição.

A política de esquerda e soberana que defendemos é indissociável do incremento da produção nacional, da promoção de mais e melhores serviços públicos (com a reversão das privatizações dos sectores estratégicos), com o desenvolvimento das funções sociais do Estado e, com efeitos mais imediatos mas não menos importantes, com a renegociação da dívida nos seus prazos, montantes e juros. Estas são condições essenciais para abrir as portas ao crescimento económico, ao desenvolvimento e à coesão social e territorial.

Estamos no verão mas a luta não vai de férias.

Por isso vamos continuar em “alerta geral” saudando e valorizando de forma particular as lutas já anunciadas para Julho e Agosto pelos enfermeiros, os trabalhadores dos transportes públicos, da SPDH do Grupo TAP, da OTIS de Setúbal, da Soares da Costa, da Penafor e de diversas empresas do sector privado, pela exigência de resposta às suas justas reivindicações.

Este é um momento especial que exige a junção de forças e vontades para derrotar o Governo do PSD-CDS e a política de direita e criar as condições para concretizarmos uma política de esquerda e soberana que responda às necessidades e anseios dos trabalhadores e coloque os país no rumo do progresso e justiça social.

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES!

VIVA A CGTP-IN!